Revista de Contabilidade Dom Alberto
ISSN 2317-6148

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MEMBROS DE UMA IGREJA DA REGIÃO SUDOESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO NO TOCANTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS

Roberto Rivelino Martins Ribeiro [1]
Wagner Almeida Rodrigues [2]
Kerla Mattiello [3]
Marguit Neumann[4]

RESUMO

Devido aos constantes escândalos que envolvem suas atividades, decorrentes de um despreparo administrativo dos responsáveis por sua administração, as igrejas acabam por repercutir uma imagem prejudicada ante a sociedade. Nesse sentido, este artigo buscou por meio de uma revisão de literatura compreender aspectos condizentes ao Terceiro Setor e as Igrejas, às Demonstrações Contábeis Obrigatórias e os Controles Internos, a Prestação de Contas e a Evidenciação, para então estabelecer seu objetivo que é investigar a percepção dos membros a respeito das Demonstrações Contábeis Obrigatórias para as Organizações do Terceiro Setor, sua evidenciação e a forma de prestação de contas de uma igreja da região sudoeste do Estado de São Paulo. Os procedimentos metodológicos utilizados foram de pesquisa descritiva e aplicada, com uso de procedimentos técnicos de levantamento mediante aplicação de questionários estruturados. Ao final do estudo, constatou-se que os membros conhecem as Demonstrações Contábeis, tendo em vista que compreendem as informações transmitidas pela Prestação de Contas advindas destas demonstrações e a existência de um processo de evidenciação pela organização.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Prestação de Contas. Igrejas.

ABSTRACT

Due to the constant scandals involving their activities, due to an administrative unpreparedness of those responsible for their administration, the churches end up repercussing an impaired image before the society. In this sense, this article sought through a literature review to understand aspects related to the Third Sector and the Churches, Mandatory Accounting Statements and Internal Controls, Accountability and Evidence, to establish its objective, which is to investigate the perception of the members regarding the Compulsory Accounting Statements for Third Sector Organizations, their disclosure and the form of accountability of a church in the southwestern region of the State of São Paulo. The methodological procedures used were descriptive and applied research, using technical survey procedures using structured questionnaires. At the end of the study, it was verified that the members are familiar with the Financial Statements, since they understand the information transmitted by the Accountability arising from these statements and the existence of a process of disclosure by the organization.

Keywords: Third sector. Accountability. Churches.

[1] Doutor em Administração Pública e Governo – FVG/SP, Departamento de Ciências Contábeis, UEM, Maringá, Paraná, e-mail: rivamga@hotmail.com
[2] Graduado em Ciências Contábeis, UEM, Maringá, Paraná, e-mail: wagner.almeida12@hotmail.com
[3] Doutora em Administração Pública e Governo – FVG/SP, Departamento de Ciências Contábeis, UEM, Maringá, Paraná, e-mail: m_kerla@hotmail.com
[4] Doutora em Sciences Economiques pela Université Pierre Mendes - França, Departamento de Ciências Contábeis, UEM, Maringá, Paraná, e-mail: marguitn26@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A organização das entidades se categoriza em três categorias sociais distintas em termos econômicos conforme sua função social: o primeiro, segundo e terceiro setor (OLAK e NASCIMENTO, 2010). O Primeiro Setor é o Governo, que de forma geral, deve atender aspectos relacionados à coletividade, ao interesse público; já o Segundo Setor é caracteristicamente visto nas organizações que desempenham atividades com a finalidade de Lucro. O Terceiro Setor, entretanto, apresenta as organizações que não visam a finalidade de lucro e que são direcionadas a finalidades sociais.

As Igrejas fazem parte das Organizações do Terceiro Setor, devido a isto, possuem algumas peculiaridades que a fizeram se constituir como objeto de estudo desta pesquisa. Alguns destes aspectos que se aplicam às igrejas são a não obtenção de lucros como finalidade de existência, a obtenção de recursos provenientes de doações, venda de produtos, subvenções, dentre outras. Ressalta-se também que o patrimônio pertence à organização e não aos seus membros de forma individual, além de possuir isenções e imunidades previstas na legislação brasileira. Verifica-se que a administração é, via de regra, democratizada, não cabendo ao administrador a função de prover lucros a organização, além de obter o cunho social como razão de sua existência.

Diante de tal entendimento se entendeu como oportuno empreender uma pesquisa que aborde as Igrejas, uma das entidades que compõem as Organizações do Terceiro Setor. Acerca destas, percebe-se, atualmente, muitos escândalos que envolvem suas atividades, em alguns casos, decorrentes de um despreparo do administrador, acarretando em uma imagem prejudicada ante a sociedade. Tendo em vista a correlação entre a transparência desempenhada pelas igrejas e o nível de obtenção de recursos (ATAN, ZAINON e WAH, 2012), contata-se que a transparência é um grande instrumento para a geração de credibilidade devido à diminuição de risco de escândalos.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo investigar a percepção dos membros a respeito das Demonstrações Contábeis Obrigatórias para as Organizações do Terceiro Setor que estão sendo evidenciadas na prestação de contas de uma igreja da região sudoeste do Estado de São Paulo. Primeiramente, necessita-se fazer um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos relacionados à prestação de contas de Organizações do Terceiro Setor com a finalidade de elaborar questionários estruturados a serem entregues aos membros e ao administrador. Percebe-se a relevância do assunto, pois servirá como uma oportunidade de um aprimoramento científico, provendo benefícios à sociedade, disponibilizando os resultados obtidos, e assim, proporcionando um acréscimo no que se refere ao conhecimento a respeito da prestação de contas de organizações religiosas, além de indicar possíveis melhorias. Delimita-se assim, a Contabilidade do Terceiro Setor, com enfoque em uma igreja.

O trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo caracteriza-se como a introdução, onde se apresentou uma contextualização, objeto, objetivo e justificativa. O segundo capítulo aborda a revisão de literatura, onde se demonstrou o referencial bibliográfico levantado para fundamentar aspectos gerais de uma entidade religiosa. No terceiro capítulo se apresenta os procedimentos metodológicos adotados, o método de coleta de dados, a forma de análise destes dados e a limitação da pesquisa. O quarto capítulo apresenta a análise dos resultados, por meio dos dados obtidos, confrontados e analisados de forma a auxiliar nas conclusões elencados no capítulo posterior. No quinto capítulo são apresentadas as conclusões do estudo, de forma a cumprir o que se esperava quanto a problemática e ao objetivo proposto.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

2.1 Terceiro setor e igrejas

O Código Civil Brasileiro – CCB, estabelece que as entidades religiosas são classificadas como pessoas jurídicas de direito privado (BRASIL, 2002), estas, ainda podem ser vistas por meio de uma classificação internacional que é elaborada de acordo com a *International Classification of Non-profit Organizations,* sendo um de seus grupos a religião (ARAÚJO, 2006, p. 9). Percebe-se assim, que as igrejas, como Organizações Religiosas, fazem parte do Terceiro Setor, não possuindo como fim principal a obtenção de lucro (ARAÚJO, 2006, p. 6; OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 4; BAREA, 2008, p. 17; ALVES; KOGA, 2006, p. 219; MONTAÑO, 2005, p. 206), devendo os valores arrecadados se restringir à realização dos seus objetivos (ESCOBAR; GUTIÉRREZ, 2008, p. 85), isto é, devem se ater propósito específico de provocar mudanças sociais, definindo de forma clara a missão da entidade (OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 4; SANTOS, 2010, p. 15).

Entretanto, Ebsen e Laffin (2004, p. 14), Olak e Nascimento (2010, p. 1) e Cirino (2008, p. 13) demonstram que há uma necessidade em se obter lucro com fim de sobrevivência da organização sendo denominado de superávit. Para isto, tem-se a arrecadação de recursos obtida mediante as contribuições, doações, vendas de produtos e/ou prestação de serviços, além de subvenções, constituindo-se nas principais fontes de recursos financeiros, econômicos e materiais dessas entidades (OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 6; CAMELO; CAMELO; PAULINO, 2006, p. 48; NETO; ARAÚJO; FREGONESI, 2006, p. 106; MONTAÑO, 2005, p. 207-210). O patrimônio destas organizações, pertence à sociedade como um todo ou segmento dela, não cabendo aos seus membros ou mantenedores

quaisquer parcelas de participação econômica (OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 6; ARAÚJO, 2006, p. 8). Desta forma, a propriedade (patrimônio) pertence à comunidade (OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 3).

No tocante a área tributária das igrejas, de regra, estas normalmente são imunes ou isentas (ARAÚJO, 2006, p. 33; OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 7; MONTAÑO, 2005, p. 205; BRASIL, 2015; BRASIL, 1999). Com relação à administração desenvolvida nas igrejas, Santos (2010, p. 24) afirma que a administração não tem responsabilidade de prover retorno sobre os investimentos, em vez disso, é responsável pelo cumprimento da missão estabelecida, apresentando decisões descentralizadas (FREEMAN; SHOUKDERS, 1993, p. 8 *apud* OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 4). As Organizações do Terceiro Setor como um todo, visam atender um interesse social (SANTOS, 2010, p. 18; ALVES; KOGA, 2006, p. 219; GUERRA; SANTOS, 2014, p. 149). Por isto, estas em alguns aspectos, prestam serviço a toda à comunidade, de forma irrestrita e incondicional, devido ao fato de que todos têm acesso aos cultos e às cerimônias religiosas por ela realizadas, de forma indiscriminada (OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 11).

2.2 Demonstrações Contábeis obrigatórias e controles internos

Com relação às Demonstrações Contábeis Obrigatórias, as igrejas devem atender a Instrução Técnica Geral – ITG elaborada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2012), que apresenta as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pela entidade, sendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas (conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (2011) salientam que estas são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. Entretanto, nestas demonstrações deve haver algumas modificações no tocante a nomenclatura, no Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídos por superávit ou déficit do período (CFC, 2012).

Tendo em vista uma maior segurança nas informações dispostas nestas demonstrações, percebe-se que a contabilidade, enquanto ciência social dispõe de inúmeras ferramentas de controle e gerenciamento necessárias ao atingimento de metas pré-estabelecidas, a fim de, controlá-las com mais afinco, sob pena de não atingir seus objetivos e não atender qualitativamente a sociedade (CAMELO; CAMELO; PAULINO, 2006, p. 52). Controlar significa conhecer a realidade, compará-la com

o que deveria ser, tomar conhecimento rápido das divergências e suas origens e tomar atitudes para sua correção (MARTINS, 2010, p. 305; LUNKES; SCHNORRENBERGER, 2009, p. 14).

Pode-se observar que a entidade possui duas formas de controlar suas atividades, sendo o controle externo e interno (CFC, 2008, p. 87; CAMELO; CAMELO; PAULINO, 2006, p. 52). O Controle Externo é entendido quando executado de fora para dentro, de regra, por entidades reguladoras ou fiscalizadoras (CFC, 2008, p. 87). No âmbito do Controle Interno, percebe-se que estes são um conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela própria organização voltada para o aperfeiçoamento da organização e segurança do patrimônio (BARRETO; GRAEFF, 2010, p. 22; LUNKES; SCHNORRENBERGER, 2009, p. 14; CFC, 2008, p. 87). Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC (2008) o controle interno é classificado nas seguintes categorias: (a) operacional – relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade; (b) contábil – relacionado à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis; (c) normativo – relacionado à observância da regulamentação pertinente. Desta forma, percebem-se alguns controles que podem ser observados pelas organizações do Terceiro Setor, tendo como fim, prover uma confiabilidade nas informações apresentadas.

No um aspecto financeiro, a empresa deve estabelecer procedimentos de forma que seus ativos sejam periodicamente confrontados com os registros da contabilidade. Dessa forma, é possível saber se os ativos que estão registrados realmente existem ou se alguém se apoderou desses bens. São vários os controles que podem ser usados, dependendo da área em questão, como a contagem de caixa e a conciliação bancária para verificação de ativos como dinheiro e cheques (GRAEFF; BARRETO, 2010, p. 58). Sobre estes, Andrade (2013, p. 177) salientam que se trata de dois fluxos importantes, do ponto de vista do planejamento financeiro, sendo críticos e que por isto, devem ser controlados. O efetivo controle do fluxo de caixa com a previsibilidade de recebimentos e pagamentos proporciona informações que auxiliam na tomada de decisão (ANDRADE, 2013, p. 178).

Os controles não se limitam apenas a um aspecto financeiro (GRAEFF; BARRETO, 2010, p. 54). No tocante aos materiais, o controle se encontra como uma das funções de extrema importância dentro da entidade, englobando as aquisições, o desenho de requisições e planejamento dos fluxos, a inspeção com o fim de verificar o efetivo consumo nas finalidades para as quais foram requisitados, dentre outros (MARTINS, 2010, p. 116). Cabe ainda apresentar outro tipo de controle, que de certo modo relaciona aspectos financeiros e não financeiros. O Terceiro Setor sobrevive graças a evolução do agir coletivo da sociedade, fundamentada na cooperação social, na ajuda e na resistência, geralmente, baseada nos serviços gratuitamente prestados por voluntários (LALLEMENT; LAVILLE,

2000, p. 525 *apud* SOARES-BAPTISTA, 2006, p. 41; OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 141). O voluntariado é um tema presente com grande intensidade na mídia e nas discussões sobre políticas sociais (TEODÓSIO; VENEROSO; PENA, 2006, p. 199) tendo em vista que há uma certa resistência a sua utilização, decorrente de motivos diversos, por exemplo, a questão burocrática, ou ainda, o fato da solidariedade social estar mais arraigada entre as camadas mais pobres da população, como algumas das mais evidentes (TEODÓSIO; VENEROSO; PENA, 2006, p. 199, p. 204).

Estes são serviços de profissionais liberais como médicos, enfermeiros, advogados, psicólogos, contabilistas e odontólogos; professores, serviços de zeladoria, além de mão de obra operária, através de mutirões (OLAK E NASCIMENTO, 2010, p. 141), dentre outros, que são levados a participar, exercendo atividades ditas sociais nas brechas do tempo dadas no interior das instituições nas quais trabalham (PINTO; GUEDES; BARROS, 2006, p. 121). As Organizações do Terceiro Setor devem realizar os registros referentes a estes fatos, que, muitas vezes, por falta de objetividade, a contabilidade simplesmente os ignora (OLAK E NASCIMENTO, 2010, p. 141). Desta forma, devem ser elencados na Demonstração do Resultado do Período, sendo destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgados em notas explicativas por tipo de atividade, sendo reconhecidas por seu valor justo da prestação do serviço, como se houvesse sido realizado o desembolso financeiro (CFC, 2012).

As Organizações do Terceiro Setor, geralmente, possuem uma outra forma de controle, que auxilia na confiabilidade das informações geradas, que é o conselho fiscal, cuja principal atribuição corresponde ao exame das contas da administração. Sobre este, cabe salientar que, embora importantes em muitas situações, não supre o papel desempenhado pelos órgãos fiscalizadores externos a organização (OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 23).

Observa-se que as Igrejas devem elaborar as Demonstrações Contábeis Obrigatórias com modificações nas nomenclaturas de algumas contas constantes nestas. Com o fim de prover uma confiabilidade nestas informações, existem controles internos que podem ser realizados nestas entidades. Estes controles podem ser vistos sob aspectos financeiros, dentre os quais se tem o controle de caixa, ou ainda, num aspecto operacional, como o controle de materiais. Há ainda controles que envolvem diretamente ambos os aspectos, como o controle de trabalho voluntário, que mensura o valor das horas recebidas na organização por meio de voluntariado, devendo ser evidenciadas nas Demonstrações Contábeis. Tem-se ainda o Conselho Fiscal como um controle para as Igrejas, visto que, representando os membros destas, analisa as contas referentes ao período gerando assim um parecer final deste conselho. Desta forma, percebe-se que os controles internos pertencentes às igrejas geram

uma confiabilidade por parte dos membros, devendo ser levados em conta na consecução do objetivo proposto.

2.3 Prestação de Contas e Evidenciação

Assim como na contabilidade voltada para os outros setores, no decorrer da história, passou-se a observar a necessidade de se utilizarem e de proverem informações da organização que atua no terceiro setor (ARAÚJO, 2006, p. xviii). Estas informações possibilitam a aplicação de técnicas de gestão com o fim de gerar maior transparência a estas entidades, sobre isto, Escobar e Gutiérrez (2008, p. 87, tradução nossa) salientam que "[...] as técnicas de gestão a serem empregadas no terceiro setor, irão depender em grande parte do conceito que temos das funções sociais dessas entidades e de sua estrutura organizacional". Debates políticos surgiram buscando reestruturar o setor sem fins lucrativos, observando sempre a necessidade da transparência e da responsabilidade do Terceiro Setor (ALVES; KOGA, 2006, p. 219). Conforme o CFC (2008), Soares-Baptista (2006, p. 49) e CPC (2012) uma das principais obrigações dos administradores destas entidades é prestar contas, pois seus usuários precisam de informações, devendo estabelecer estratégias de diálogos e de aproximação com os mais diferentes atores.

As entidades do Terceiro Setor devem buscar a maior transparência possível no que se refere a sua gestão e a sua prestação de contas, sejam ao conselho fiscal ou aos seus colaboradores, voluntários, usuários ou aos órgãos públicos competentes (GIMENES, 2010, p. 137), até mesmo, visto que há uma ampla aceitação destas entidades, porém há uma carência de melhoria na prestação de contas e transparência relacionadas as atividades por elas desempenhadas, podendo acarretar em uma repercussão negativa de suas imagens ante a sociedade (ZAINON *et al*, 2012, p. 39; POLITELO; ZITTEI; SCARPIN, 2013, p. 4).

Neste interim, Araújo (2006, p. xvi) apresenta a "transparência" aludindo à essência do termo *disclosure*, que trata da forma dos relatórios de gestão, que oferecem condições de se determinar o grau de sucesso que uma organização pode alcançar, visando sua continuidade, sendo papel da Contabilidade o fornecimento de informações para a determinação dessa continuidade. A transparência pode ser vista por meio de demonstrativos organizados, com documentos que proporcionem uma visão das receitas e despesas, dos demonstrativos contábeis e seus anexos (ANDRADE, 2013, p. 394). Assim, o canal utilizado no processo de comunicação entre a entidade e os tomadores de decisões na organização é a evidenciação (IUDÍCIBUS, 2006, p. 123; ARAÚJO, 2006, p. 45).

Para Iudícibus (2006, p. 123), Hendriksen e Breda (1999, p. 511) e Araújo (2006, p. 47) a evidenciação (*disclosure*) está ligada aos objetivos da Contabilidade, envolvendo a garantia de informações diferenciadas por meio de uma veiculação para os vários tipos de usuários, geralmente dispostas em demonstrações e relatórios. Segundo Olak e Nascimento (2010, p. 66) a padronização das informações e relatórios contábeis podem significar, mesmo que contingencialmente, o cumprimento do *disclosure* de uma organização. Neste interim, percebe-se que estes relatórios contábeis devem ser compreensíveis, sendo claros e objetivos para que todos possam compreender, visto que geram transparência a organização (BAREA, 2008, p. 16; CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011, p. 95). A evidenciação está condicionada a dois diferentes pontos, a quantidade e a qualidade de evidenciação (IUDÍCIBUS, 2006, p. 124-125).

Com relação à quantidade de evidenciação, Iudícibus (2006, p. 124) salienta que muitas expressões e conceitos têm sido utilizados, sendo que alguns falam da evidenciação adequada (*adequate disclousure*), outros em evidenciação justa (*fair disclousure*) e outros ainda em evidenciação plena (*full disclousure*). Na verdade não existe diferença efetiva entre tais conceitos, embora tenham sido utilizados com significados distintos, visto que toda informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada justa e completa (plena) (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 515; IUDÍCIBUS, 2006, p. 124). Desta forma, o sentido da evidenciação é proporcionar informações relevantes, e consequentemente, a informação que não for relevante deve ser omitida a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente, com o intuito de auxiliar os usuários mediantes suas respectivas necessidades (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 515; IUDÍCIBUS, 2006, p. 124). Sobre o aspecto qualitativo da evidenciação, Iudícibus (2006, p. 125) salienta que é muito mais difícil de ser avaliado, pois envolve vários julgamentos extremamente subjetivos, assim, se tornando difícil estabelecer o “ponto de corte”, isto é a que ponto as informações são relevantes. Entretanto, a informação considerada mais relevante e significativa deve sempre aparecer no corpo de uma ou mais demonstrações financeiras, caso seja possível incluí-la, devido a sua relevância (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 524).

Para as organizações do Terceiro Setor, a evidenciação é uma premissa básica a ser cumprida em busca da credibilidade face a sociedade, uma vez que estão inseridas num ambiente competitivo por recursos financeiros e não-financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações, terão maior probabilidade de captação desses recursos (MILANI FILHO, 2004, p. 94 *apud* CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011, p. 94; ATAN; ZAINON; WAH, 2012, p. 122). Não apenas de captação de novos doadores, mas de continuidade dos já existentes, visto que a falta de

transparência e assimetria de informação que existe entre organizações sem fins lucrativos e doadores podem ser minimizados através de informações mais transparentes, ao assegurar que os recursos estão sendo bem utilizados, proporcionam uma continuação no apoio obtido por meio destes doadores e de voluntários, além de que, censura as críticas geradas em relação a estas (SOARES-BAPTISTA, 2006, p. 61).

Conforme Carneiro, Oliveira e Torres (2011, p. 94) e Oliveira, Perez e Silva (2008, p. 24) o exercício da transparência dentro da organização se utiliza de uma ferramenta muito importante que é a *Accountability*, seu estudo no nível do terceiro setor é fato recente, porém, devido ao grande crescimento desse setor a *Accountability* tornou-se fator de extrema necessidade. *Accountability* é um termo da língua inglesa, sem tradução exata para o português, mas que pode ser entendido como o ato de prestação de contas de forma responsável (CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011, p. 94). Nakagawa (1987, p. 17 *apud* OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 21) define o termo *accountability* como sendo a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poderes visando transmitir informações acessíveis aos usuários, que variam conforme suas necessidades e capacidade de compreensão. Carneiro, Oliveira e Torres (2011, p. 95) salientam que a *accountability* desse setor interessa a toda comunidade, e que isto provê o fortalecimento destas organizações. O direcionamento desta é diversificado, devido ao fato de existir diversos agentes envolvidos.

No tocante a evidenciação realizada pelas igrejas, percebe-se a necessidade que as informações sejam claras e acessíveis ao usuário, tendo este, condições de compreendê-las, englobando assim uma quantidade apropriada, bem como, uma qualidade nas informações prestadas, desempenhando um *Accountability*, isto é, uma prestação de contas de forma responsável. Desta forma, percebe-se que a prestação de contas deve ser realizada pelas Igrejas, além do fato de que se deve levar em consideração os usuários desta informação, visando evidenciar a realidade das informações pertinentes a entidade

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa se adotou algumas classificações para sua estruturação. No tocante aos objetivos, a pesquisa se enquadra na tipologia de pesquisa descritiva, que em essência, tem como objetivo a descrição das características, a análise de fenômenos e elementos já existentes de determinada estrutura, isto é, visa observar a dinâmica de um processo (GIL, 2010, p. 27; MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 170; GOUVEIA, 1984 *apud* PÁDUA, 2004, p. 36). A

pesquisa, no que se refere à natureza do problema, se enquadra na tipologia de pesquisa aplicada, que conforme Gil (2008, p. 27), Marconi e Lakatos (2010, p. 79) e Gil (2010, p. 27) tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos, isto é, na resolução de problemas concretos, por meio de informes já conhecidos obtidos através da pesquisa pura, alcançando informações para utilização prática.

Para fins de embasamento teórico, a coleta de dados deste trabalho elaborar-se-á por meio da pesquisa bibliográfica, já que se aplica a qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica (RAMPAZZO, 2005, p. 53; GIL, 2010, p. 46; GIL, 2008, p. 50; MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 169). E por fim, ainda se enquadra na pesquisa por levantamento de dados que é aquela em que os aspectos de relevância de uma população são levantados por meio de interrogação direta, por meio de dados obtidos das pessoas, estes são mensurados e explorados, porém, sem qualquer forma de manipulação (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 143; GIL, 2010, p. 35; SEVERINO, 2007, p. 123; GIL, 2008, p. 55).

O método de abordagem inerente a esta pesquisa é dedutivo, pois parte de uma situação geral e genérica para a particular (GIL, 1987, p. 47). A pesquisa pode ainda ser classificada de acordo com o ambiente em que foi realizada, sendo na pesquisa em questão a pesquisa de campo, que requer a realização de uma pesquisa bibliográfica de contextualização sobre o tema em questão, a partir disto podendo, por meio dos levantamentos de dados, trabalhar com uma população ou amostra (SEVERINO, 2007, p. 123; MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 169).

A coleta de dados geralmente baseia-se na observação e na transcrição daquilo que é observado (GIL, 2010, p. 112-113; MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 142), enquanto neste ponto as análises são geralmente elaboradas por meio de técnicas específicas. Para fins de coleta de dados a pesquisa fez uso de questionários entregues aos membros da entidade e ao administrador com vistas a cumprir e responder o problema de pesquisa levantado. Em geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por esta razão o mais frequente é trabalhar com uma amostra, selecionando alguns elementos de maneira causal (GIL, 2010, p. 109). Aos membros que compõem esta amostra, foram aplicados os questionários, que consistem em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos constituindo uma série de perguntas, que são respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (GIL, 2010, p. 103; MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 184), devendo conter entre 20 e 30 perguntas (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 186).

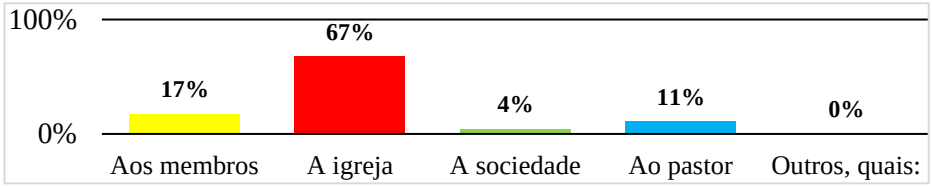
Após a coleta dos dados, tem-se a análise e interpretação dos dados, sendo núcleo central da pesquisa (MARCONI; LAKATOS 2010, p. 151). Pádua (2004, p. 91) afirma que a "Apresentação e discussão dos resultados: deve ser redigida levando-se em conta a mesma sequência de realização da pesquisa, enriquecendo o texto com recursos [...] que auxiliem a compreensão", procurando expressar qual é a relação deste material coletado e analisado com a execução do objetivo proposto e do próprio tema, assim sendo, a interpretação dos dados será desenvolvida a luz da questão de pesquisa. Desta forma, pelo fato de se tratar de uma pesquisa que envolve o cunho bibliográfico, tem-se como limitação a insuficiência de material e a escassez de fontes que abrangem esse tema disponível para o trabalho, por se tratar de um tema pouco explorado. Além disso, as informações sobre as demonstrações contábeis e sua utilização pela entidade ficam restritas as informações divulgadas pelos gestores da organização estudada. Pode-se ainda apresentar a problemática de se trabalhar com questionários, devido ao fato que por diversos fatores externos, em alguns casos, estes podem não apresentar a realidade de forma plena ou ainda consistente.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A coleta dos dados foi realizada em uma igreja da região sudoeste do Estado de São Paulo com o fim de observar a percepção dos membros a respeito das Demonstrações Contábeis Obrigatórias para as Organizações do Terceiro Setor que estão sendo evidenciadas em sua prestação de contas. Os dados foram obtidos por meio de questionários estruturados respondidos por uma amostra de 46 (quarenta e seis) membros, escolhidos de forma aleatória, que perfazem um percentual aproximado de 33% (trinta e três por cento) dos 140 (cento e quarenta) membros que compõe o rol de membros desta organização (população) e por um questionário entregue ao administrador da organização em questão, ambos contendo 20 (vinte) questões objetivas.

A primeira pergunta buscava questionar os membros acerca do patrimônio das igrejas, questionando-os a quem este pertence. Pode-se observar o resultado obtido por esta questão no Gráfico 01.

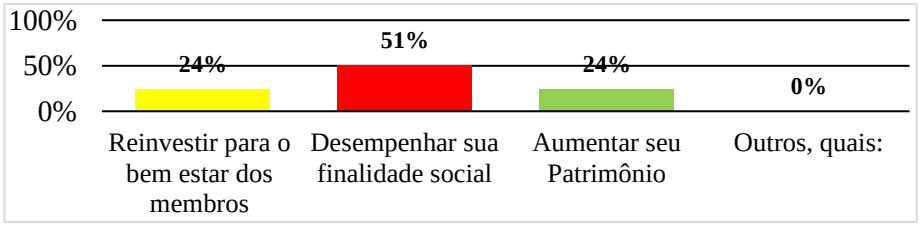
Gráfico 01 – Resultado da questão acerca do pertencer do patrimônio das igrejas.



Fonte: A pesquisa.

Constata-se que 67% dos pesquisados responderam que o patrimônio pertence “A Igreja”, 17% “Aos Membros”, 11% “Ao Pastor” e 4% “A Sociedade”. Conforme pesquisa realizada, as Igrejas são classificadas juridicamente como Pessoas Jurídicas de Direito Privado (BRASIL, 2002), deste modo, não se tratam de organizações públicas, isto é, não pertencem a todas as pessoas. Olak e Nascimento (2010, p. 06) e Araújo (2006, p. 8), entretanto, salientam que seu patrimônio é da sociedade como um todo ou segmento dela. Percebe-se que as igrejas são caracteristicamente entidades que visam um fim social, sendo por isto, considerada “sociedade”, entretanto, por se tratar de uma pessoa jurídica de direito privado, o patrimônio das igrejas não pertence a seus membros, muito menos a sociedade, antes estes pertencem a própria organização. A segunda pergunta do questionário aos membros almejou apresentar uma das principais características das igrejas, a não finalidade de lucro, questionando-os acerca da utilização dos recursos recebidos por esta. O Gráfico 02 ilustra o percentual de frequência dos resultados desta questão.

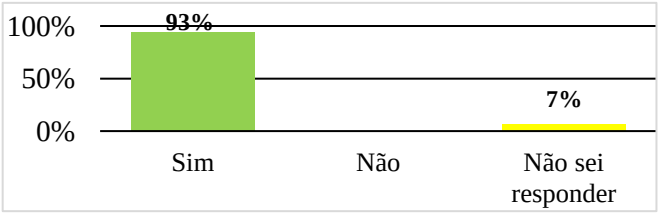
Gráfico 02 – Resultado da questão sobre a utilização dos recursos recebidos pela igreja.



Fonte: A pesquisa.

Mediante a observação deste gráfico, 51% dos entrevistados responderam que estes recursos devem ser utilizados para “Desempenhar sua finalidade social (Cultos, projetos sociais)”, ficando o restante dividido igualmente com 24% para as respostas “Reinvestir para o bem estar dos membros (lazer, atividades, conforto do templo)” e “Aumentar seu Patrimônio (Compra de terrenos, casas, aumento do templo)”, não houve escolha da última alternativa “Outros, quais:”. A terceira questão realizada aos membros, ainda na mesma temática, visava questioná-los acerca da apresentação das principais fontes de recursos da entidade na prestação de contas desempenhadas pela igreja. O resultado desta questão encontra-se disposto no Gráfico 03.

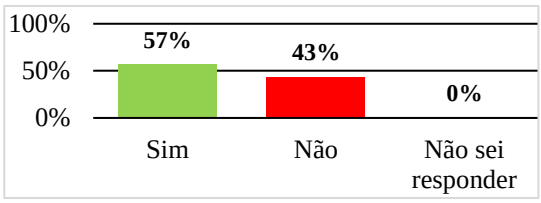
Gráfico 03 – Resultado da questão sobre a apresentação dos recursos recebidos na Prestação de Contas.



Fonte: A pesquisa.

Dos entrevistados, 93% responderam que “Sim”, apenas 7% responderam que não saberiam responder aquela questão, não havendo escolha da opção “Não”. No questionário preenchido pelo Administrador da igreja pesquisada, a primeira questão, englobava o mesmo ideal das questões 2 (dois) e 3 (três) do questionário aos Membros, questionando-o acerca da finalidade do Terceiro Setor da qual as Igrejas fazem parte, a resposta obtida foi a finalidade “Social”, conforme a pesquisa bibliográfica realizada, que apresentou que as igrejas não possuem como finalidade, de sua existência, a obtenção de lucro (ARAÚJO, 2006, p. 6; OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 4; BAREA, 2008, p. 17; ALVES; KOGA, 2006, p. 219; MONTAÑO, 2005, p. 206). A quarta questão do questionário aos Membros, visava questioná-los, em um aspecto tributário, acerca de seu conhecimento pessoal sobre a imunidade e isenções que as igrejas possuem, sendo que, conforme pesquisa realizada, estas normalmente são imunes ou isentas (ARAÚJO, 2006, p. 33; OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 7; MONTAÑO, 2005, p. 205; BRASIL, 2015; BRASIL, 1999). O resultado desta questão encontra-se disposto no Gráfico 04.

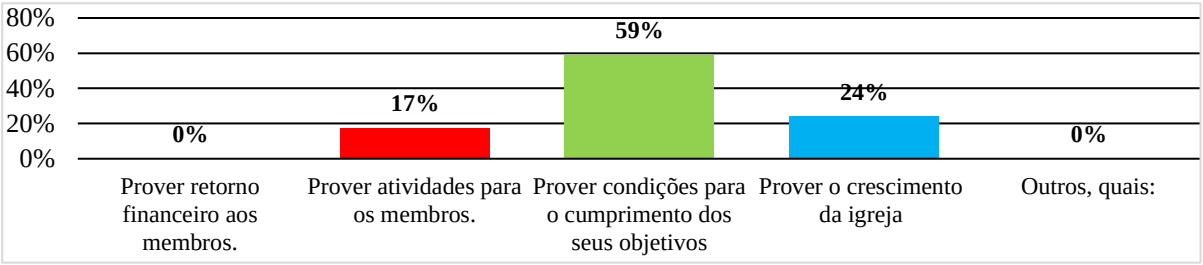
Gráfico 04 – Resultado da questão acerca do conhecimento sobre as imunidades, isenções e benefícios fiscais.



Fonte: A pesquisa.

Dos entrevistados, 57% responderam que conheciam tal informação, entretanto, 43% responderam que não, não havendo entrevistados que não soubessem responder. O fato de que 57% dos entrevistados conheciam tais benefícios fiscais das igrejas, pode dever-se a realização da contabilização destes fatos pela igreja pesquisada, conforme se pode constatar no questionário do administrador, que afirmou que estes benefícios são contabilizados. Obteve-se tal grau de conhecimento destes benefícios fiscais, no entanto, também houve um alto grau de entrevistados que não conheciam tais informações que mesmo contabilizadas, não estão sendo compreendidas por cerca de 43% dos pesquisados, demonstrando uma carência na apresentação destas informações de maneira mais clara. A quinta pergunta do questionário “Aos membros” buscou observar a concepção destes acerca do papel do Pastor como administrador da igreja local. O Gráfico 05 ilustra o resultado obtido nesta questão.

Gráfico 05 – Resultado da questão sobre o papel do pastor como administrador da igreja local.

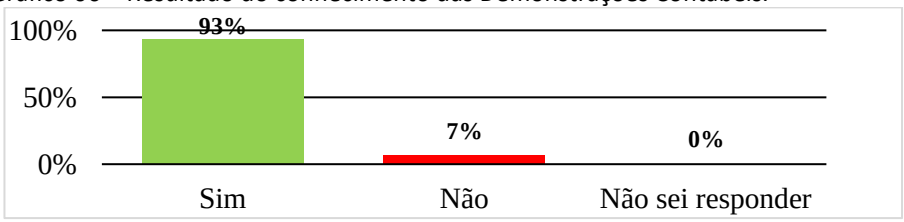


Fonte: A pesquisa.

Dentre os membros pesquisados, 59% descreveram que a função do pastor como administrador é “Prover condições para o cumprimento dos seus objetivos (Cultos, projetos sociais)”, enquanto para 17% destes é “Prover atividades para os membros (Lazer, Culto, Cursos) para 17% destes, e para 24% “Prover o crescimento da igreja (aumento do templo, compra de terrenos)”, não houve escolha das alternativas “Prover retorno financeiro aos membros (dividir o valor arrecadado pelos membros)” e nem da alternativa “Outros, quais:”.

Neste aspecto, questionou-se o Administrador acerca da tomada de decisões da igreja pesquisada, visando descobrir se ela, realiza-se por apenas uma pessoa. Obteve-se como resposta a informação que não. Conforme a pesquisa teórica realizada, Santos (2010, p. 24) Freeman e Shoukders (1993, p. 8 *apud* OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 4) afirmam que a administração é responsável pelo cumprimento da missão estabelecida, sendo suas decisões caracteristicamente descentralizadas. Na sexta pergunta, buscou-se questionar os membros a respeito das Demonstrações Contábeis, tendo como finalidade observar a quantidade de pesquisados que já ouviram falar delas. O resultado obtido por esta questão pode ser observado no Gráfico 06.

Gráfico 06 – Resultado do conhecimento das Demonstrações Contábeis.

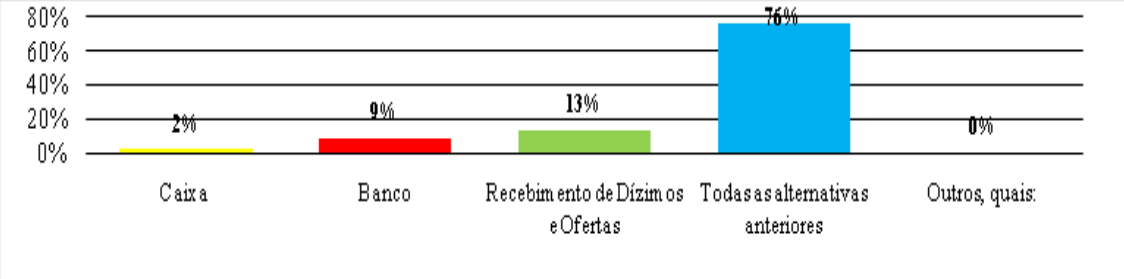


Fonte: A pesquisa.

Obteve-se um alto percentual descrevendo que “Sim” a conhecem, sendo 93% dos pesquisados, e apenas 7% dos pesquisados respondendo que “Não”, demonstrando não conhecê-las, não houve respostas para a alternativa “Não sei responder”. Neste aspecto, questionou-se o administrador da Igreja se as Demonstrações Contábeis Obrigatórias estão sendo realizadas pela Igreja, obtendo a resposta “Sim”. Deste modo, percebe-se que esta igreja está condizente com a

legislação societária, cumprindo o disposto na ITG – CFC (2012). Por uma segurança nas informações dispostas, a contabilidade dispõe de inúmeras ferramentas de controle (CAMELO; CAMELO; PAULINO, 2006, p. 52). Neste interim, questionou-se o administrador da igreja quais são os controles internos referentes à área financeira da igreja, obtendo como resposta "Todas as alternativas anteriores", que engloba as alternativas "Caixa", "Banco", "Recebimento de Dízimos e Ofertas". Esta questão também foi aplicada aos membros da igreja, como demonstrado Gráfico 07.

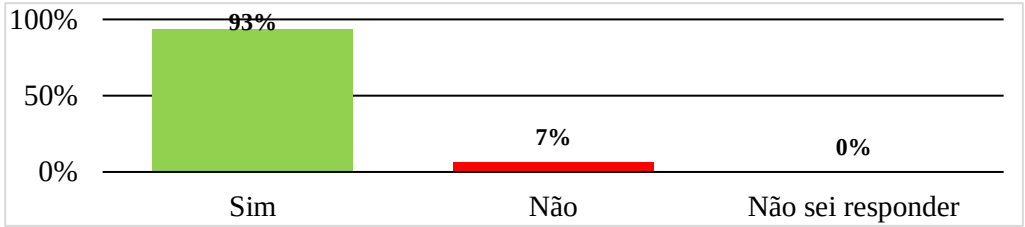
Gráfico 07 – Resultado da questão sobre quais controles financeiros a igreja possuí.



Fonte: A pesquisa.

Dos pesquisados, 2% acreditam que a igreja possui de "Caixa", 9% de "Banco", 13% de "Recebimento de Dízimos e Ofertas" e 76% acreditam que a igreja possui todos os controles descritos nas outras alternativas, não houve respostas para a alternativa "Outros, quais:". O administrador da igreja, ainda foi questionado a respeito de controles voltados ao aspecto operacional, sendo o controle de materiais, sobre a qual respondeu que a igreja possuí o controle dos materiais necessários para sua operação. Ao questionar os membros acerca deste controle, 100% dos pesquisados consideram existente um controle de materiais na administração da igreja. Percebe-se que os controles, geram uma maior segurança as informações. Deste modo, buscou-se observar a relação dos membros com esta confiança, ao questioná-los se os controles (caixa, banco, recebimento de dízimos e ofertas, dentre outros) que a igreja possui influenciam em sua confiança nela. O resultado desta questão está disposto no Gráfico 08.

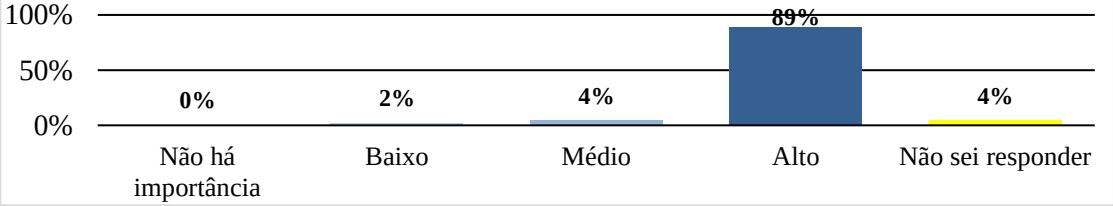
Gráfico 08 – Resultado da questão sobre a influência dos controles internos na geração de confiança a Prestação de Contas.



Fonte: A pesquisa.

Dos pesquisados, 93% responderam que “Sim” enquanto apenas 7% responderam que “Não”, demonstrando a relevância dos controles na credibilidade dada a administração da igreja, enfatizando que nos 7% que responderam “Não”, podem ser encontrados pesquisados que não vêem relação dos controles internos com sua confiabilidade na igreja, entretanto, isto não serve de base para sustentar uma desconfiança deste com relação a administração desta. As igrejas sobrevivem graças aos serviços gratuitamente prestados por voluntários (LALLEMENT; LAVILLE, 2000, p. 525 *apud* SOARES-BAPTISTA, 2006, p. 41; OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 141). Deste modo, conforme Olak e Nascimento (2010, p. 141) as Organizações do Terceiro Setor, devem realizar os registros referentes a estes fatos, que, muitas vezes, por falta de objetividade, a contabilidade simplesmente os ignora. Neste interim, questionou-se o administrador da igreja, qual o grau ele consideraria para demonstrar a importância do voluntariado para a realização das atividades da igreja, sobre a qual este respondeu “Alto”. Esta mesma pergunta foi aplicada aos membros da igreja por meio do questionário, sendo ilustrada por meio do Gráfico 09.

Gráfico 09 – Resultado da questão sobre a importância do voluntariado para a igreja.



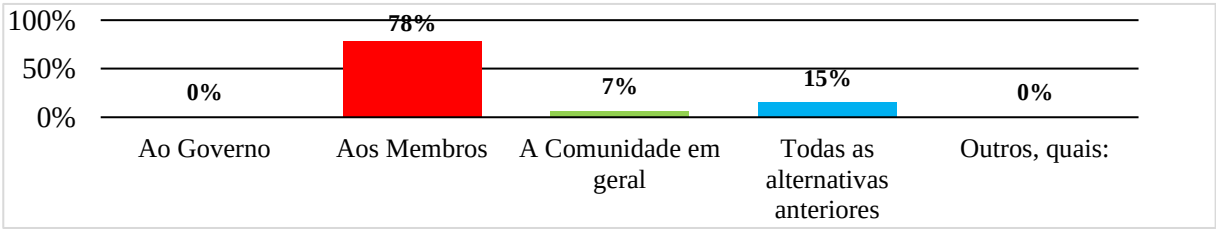
Fonte: A pesquisa.

Obteve-se a frequência de respostas demonstrada nos percentuais de 2% para “Baixo”, 4% para “Médio”, 89% para Alto e 4% não souberam responder, não houve escolha para a alternativa “Não há importância”. Tendo em vista a alta relevância encontrada no voluntariado representada pela concepção do administrador e de 89% dos entrevistados, questionou-se o administrador se os valores referentes ao trabalho realizado por voluntariado estão sendo contabilizados pela igreja, pela qual obteve-se a resposta “Não”, demonstrando que é verídica a premissa apresentada, de modo que, por meio de uma falta de objetividade e de um controle não é realizada a contabilização dos valores referentes ao voluntariado, entretanto, tal contabilização é necessária, devendo compor a Prestação de Contas desta. O Questionário “Aos Membros” ainda dispunha de mais uma pergunta acerca de controles, descrevendo a Comissão de Exame de Contas, que representando os membros, fiscaliza as contas da organização, com o fim de descobrir se os pesquisados sabiam de sua existência.

Dos pesquisados, 91% responderam que “Sim”, enquanto 7% responderam que “Não” e 2% não souberam responder. Ao perguntar ao administrador, por meio do questionário, se a igreja possui uma comissão de exame de contas, obteve-se como resposta a alternativa “Sim, com outra nomenclatura”. Percebe-se que, em geral, os membros conhecem tal comissão dentro da igreja, servindo como um controle da organização. Sugere-se que, devido ao fato de haver uma alteração na nomenclatura, os membros que assinalaram a alternativa “Não” ou que não souberam responder, podem não ter conseguido identificar tal comissão, mesmo a conhecendo com outra nomenclatura.

As igrejas devem prestar contas de suas atividades, buscando a maior transparência possível no que se refere a sua gestão e a sua prestação de contas, seja ela ao seu conselho fiscal, aos seus colaboradores, voluntários, usuários ou aos órgãos públicos competentes, podendo gerar repercussão negativa pela não elaboração desta demonstração, prejudicando a imagem destas entidades ante a sociedade (ZAINON *et al*, 2012, p. 39; POLITELO; ZITTEI; SCARPIN, 2013, p. 4; GIMENES, 2010, p. 137). Deste modo questionou-se o administrador acerca do direcionamento da Prestação de Contas realizada por esta, obteve-se como resposta “Aos Membros”. Este ainda foi questionado, neste mesmo interim, acerca da finalidade da realização da prestação de contas da igreja em um nível geral e para benefício dos administradores. Obteve-se como respostas, as alternativas “Todas as alternativas anteriores” que corresponde a “Atendimento Legal”, “Geração de Informações ao Administrador” e “Geração de Informações a todos os usuários”, e para a finalidade destas ao administrador, foi escolhida a alternativa “Provê Informações que auxiliam em uma boa administração”, respectivamente. Os membros também foram questionados acerca destas questões que inferem o direcionamento da Prestação de Contas e a finalidade de sua realização, nas questões treze e quatorze respectivamente. O Gráfico 10 apresenta os resultados da questão que abordou o direcionamento da Prestação de Contas.

Gráfico 10 – Resultado da questão sobre a opinião dos membros sobre o direcionamento da Prestação de Contas.

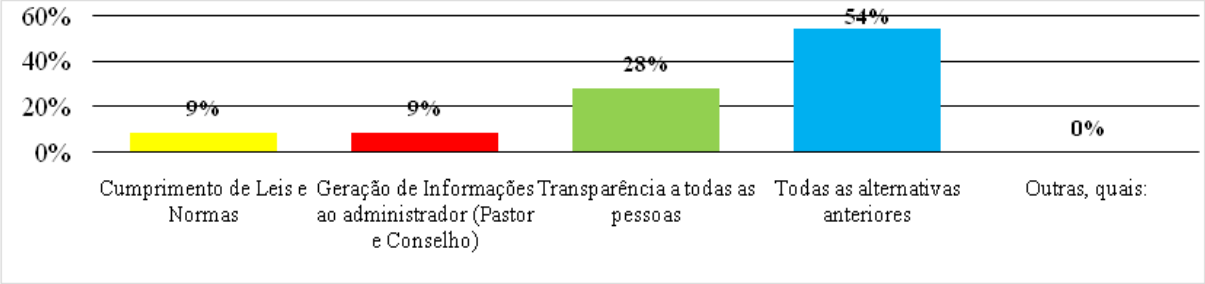


Fonte: A pesquisa.

Dos membros pesquisados, 78% escolheram a opção “Aos Membros”, 7% a opção “A comunidade em geral” e 15% a opção “Todas as alternativas anteriores”, não havendo escolha para as

alternativas “Ao Governo” e “Outros, quais:”. Em relação a questão acerca da finalidade da Prestação de Contas, os resultados obtidos acerca da opinião dos membros estão ilustrados no Gráfico 11.

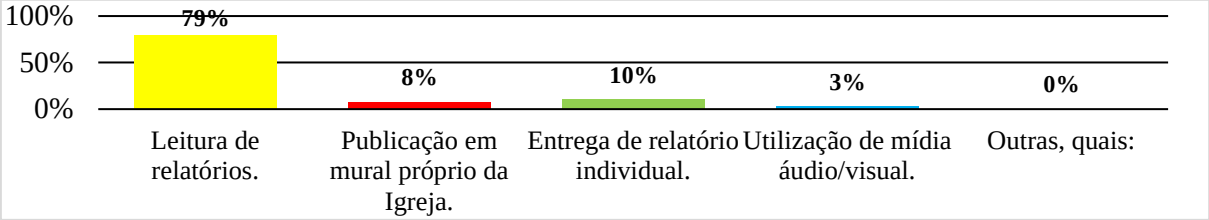
Gráfico 11 – Resultado da questão sobre a opinião dos membros acerca da finalidade da Prestação de Contas.



Fonte: A pesquisa.

Conforme representado, 9% dos questionados informaram que a finalidade desta é para o “Cumprimento de Leis e Normas”, 9% que se infere a “Geração de Informações ao Administrador (Pastor e Conselho)”, 28% que se refere a “Transparência a todas as pessoas” e 54% descrevendo que a finalidade desta prestação de contas é disposta em todas as alternativas anteriores, não houve resposta para a alternativa “Outras: quais”. Percebe-se um equívoco na concepção da administração e dos membros, pois a Prestação de Contas deve ser direcionada a diversos usuários distintos, não apenas aos membros. Envolvendo aspectos referentes ao tempo e forma em que se realiza a Prestação de Contas da igreja pesquisada, questionou-se o administrador a respeito destes pontos. No aspecto de tempo, obteve-se como resposta a opção “Anual”, que se refere a uma Assembleia Ordinária com a finalidade específica de realizar tal prestação de contas. Quanto à forma, o administrador escolheu apenas a alternativa referente a “Leitura de Relatórios”, sendo apenas nesta questão aberta a possibilidade de escolha de mais de uma alternativa. Os membros, nestes aspectos foram questionados acerca da forma em que se realizam a prestação de contas com a finalidade de descobrir qual forma estes consideram mais apropriada no tocante a suas capacidades de compreensão, podendo apenas para esta questão escolher mais de uma alternativa, conforme se representa no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Resultado da questão sobre a opinião dos membros acerca da forma mais apropriada de apresentação da Prestação de Contas.



Fonte: A pesquisa.

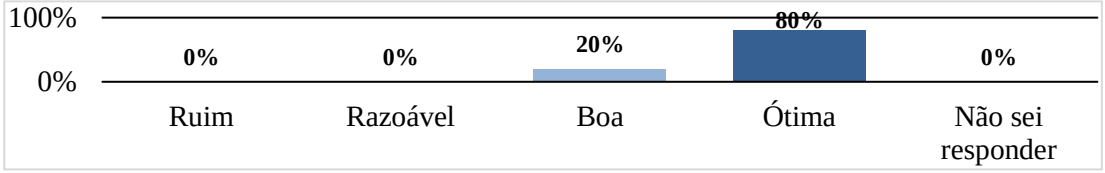
Dentre os pesquisados, a Leitura de relatórios (79%) obteve a maior percentual, enquanto, a Publicação em mural próprio da Igreja (8%), Entrega de Relatório Individual (10%), Utilização de mídia áudio/visual (3%), obtiveram votos não tão expressivos. Não houve respostas para “Outras, quais:”. Envolvendo a compreensibilidade das informações transmitidas na Prestação de Contas, percebe-se que o sentido de evidenciação é proporcionar informações relevantes, omitindo a informação que não o sejam (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 515; IUDÍCIBUS, 2006, p. 124), com vistas a emitir relatórios compreensíveis, sendo claros e objetivos para que todos possam compreender, variando conforme suas necessidades e capacidade de compreensão (BAREA, 2008, p. 16; CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011, p. 95; NAKAGAWA, 1987, p. 17 *apud* OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 21).

Sobre estes aspectos, questionou-se o administrador acerca da existência de uma preocupação da igreja em relação a compreensão dos membros, a quantidade de informações, além de, questioná-lo se em sua opinião, omitir informações que não são relevantes são prejudiciais a Prestação de Contas. Obteve-se a resposta “Sim” para todas estas questões. Sendo que conforme a teoria pesquisada, a última questão deveria ser respondida negativamente, sendo que não são prejudiciais a Prestação de Contas. Os membros foram questionados a respeito destes aspectos por meio das questões: “Para você, a Igreja se importa se as informações transmitidas estão sendo compreendidas pelos membros?” e “Você acredita que a igreja poderia simplificar as informações para a Prestação de Contas realizada aos membros?”. Todos os pesquisados (100%) responderam que “Sim”, a igreja se importa com a compreensão das informações por parte dos membros. Sobre a possibilidade de simplificação nas informações direcionadas aos membros na Prestação de Contas, 48% dos questionados responderam que “Sim”, enquanto, 50% afirmaram que “Não” e 2% escolheram a alternativa “Não sei responder”, demonstrando que mesmo que haja uma preocupação por parte da Igreja em tornar as informações compreensíveis, 48% dos membros entendem que as informações poderiam ser ainda mais simplificadas facilitando sua compreensão.

Há uma íntima relação entre a captação de recursos e a prestação de contas, de modo que, as entidades que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações têm maior probabilidade de captação de recursos (MILANI FILHO, 2004, p. 94 *apud* CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011, p. 94; ATAN; ZAINON; WAH, 2012, p. 122). Tendo como base estas premissas, questionou-se o administrador se, em sua opinião, as igrejas transparentes tendem a obter mais recursos, obtendo-se como resposta a alternativa "Sim". Com o mesmo teor, esta pergunta, foi aplicada aos membros da igreja pesquisada, sendo: "Para você, quanto mais transparente a igreja é, mais os membros tendem a contribuir (dízimos, ofertas) com nela?". Dos membros pesquisados, 76% pensam que "Sim", a transparência da igreja é um fator preponderante na captação de recursos por parte dos membros, 20% acreditam que "Não" e 4% não souberam responder a questão. Em outro enfoque, dentro desta concepção de recursos recebidos e administrados pela igreja, questionaram-se os membros se por meio da Prestação de Contas da igreja é possível perceber se os recursos obtidos estão sendo bem administrados, obtendo-se como resposta a alternativa "Sim" por 98% dos membros pesquisados, 2% não souberam responder a questão e não houve escolha da alternativa "Não".

A prestação de contas deve ser clara e objetiva para que todos possam compreender, gerando transparência a organização, devendo ser direcionadas a diferentes tipos de usuários, mediante suas respectivas necessidades (IUDÍCIBUS, 2006, p. 123; ARAÚJO, 2006, p. 45; BAREA, 2008, p. 16; CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011, p. 95). Assim sendo, buscou-se questionar o administrador da igreja em questão, acerca do objetivo da prestação de contas no tocante a busca pela transparência nas atividades, por meio da questão: "As informações transmitidas na prestação de contas visam prover a transparência das atividades da igreja?", pela qual, obteve-se como resposta a alternativa "Sim". Os membros, sendo um dos grandes grupos de direcionamento da prestação de contas, foram questionados acerca desta abordagem, primeiramente, por meio da classificação da prestação de contas desempenhadas pela igreja em questão. Os resultados obtidos por esta pergunta se encontram dispostos no Gráfico 13.

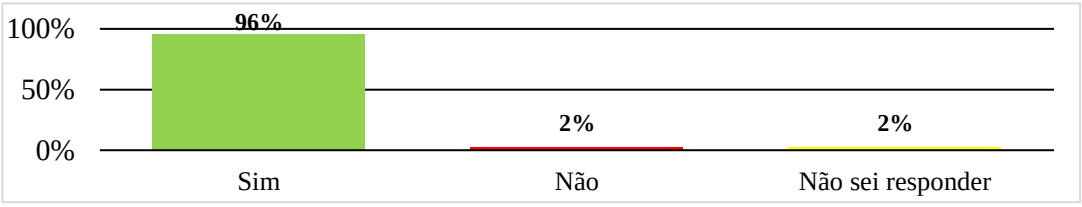
Gráfico 13 – Classificação da Prestação de Contas da Igreja, pelos membros.



Fonte: A pesquisa.

Dentre os pesquisados, 80% classificaram a prestação de contas da igreja como “Ótima” e 20% como “Boa”, não havendo escolha das alternativas, “Ruim”, “Razoável” e “Não sei responder”. Deste modo, buscou-se ainda questioná-los se as informações prestadas pela igreja e a forma como são transmitidas são suficientes para ela ser considerada transparente em suas atividades. Os resultados estão ilustrados no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Resultado da percepção dos membros acerca da suficiência da Prestação de contas para a transparência das atividades da igreja.



Fonte: A pesquisa.

Obteve-se como resultado que, 96% acreditam que “Sim”, é suficiente para que esta seja considerada transparente, com 2% escolhendo a opção “Não” e 2% não sabendo responder a questão, sendo coerente devido ao direcionamento desta a diferentes tipos de usuários, mediante suas respectivas necessidades (IUDÍCIBUS, 2006, p. 123; ARAÚJO, 2006, p. 45). Questionou-se o administrador da igreja acerca destas proposições por meio da questão: “As informações obtidas pelas Demonstrações Contábeis Obrigatórias estão sendo apresentadas na Prestação de Contas desta Igreja?”. Pela qual, obteve-se como resposta a alternativa “Sim”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fatídico perceber que há uma íntima relação entre a captação de recursos e a prestação de contas das igrejas (MILANI FILHO, 2004, p. 94 *apud* CARNEIRO; OLIVEIRA; TORRES, 2011, p. 94; ATAN; ZAINON; WAH, 2012, p. 122). Buscou-se por meio deste artigo, realizar um levantamento bibliográfico apresentando aspectos peculiares de uma igreja, com ênfase em sua prestação de contas. Por meio deste, foi desenvolvido um questionário direcionado aos membros de uma entidade religiosa, bem como, outro direcionado ao seu administrador, visando cumprir o objetivo proposto, que é verificar a percepção dos membros a respeito das Demonstrações Contábeis Obrigatórias para as Organizações do Terceiro Setor que estão sendo evidenciadas na prestação de contas de uma igreja da região sudoeste do Estado de São Paulo.

De acordo com as respostas obtidas por meio dos questionários direcionados aos membros, conforme se constata no Gráfico 13, 80% dos membros pesquisados classificaram a prestação de contas da igreja como “Ótima” e 20% como “Boa”, além do disposto no Gráfico 14 que representa que 96% dos membros acreditam que “Sim”, a prestação de contas desta organização são suficientes para que ela seja considerada transparente, percebe-se que a Prestação de Contas desta igreja gera uma credibilidade aos membros, sendo considerada por estes como uma entidade transparente. Neste aspecto, os membros possuem um conhecimento, mesmo que ínfimo, acerca das Demonstrações Contábeis Obrigatórias, conforme se presencia no Gráfico 06, demonstrando que 93% dos pesquisados afirmam conhecê-las. Deste modo, as informações que representam a Prestação de Contas desta igreja são advindas destas demonstrações, sendo transmitidas aos membros e compreendidas por estes, conforme se percebe que no Gráfico 12, que demonstra que 79% dos membros acreditam que a forma mais apropriada de prestar contas gerando uma facilitação de compreensão é a Leitura de relatórios, que é a forma desenvolvida pela organização em questão, gerando assim um gerando uma credibilidade a organização e uma consequente repercussão positiva da administração desta.

Por meio desta pesquisa, pode-se ainda afirmar que os controles internos influem diretamente na geração de confiança a Prestação de Contas de contas da organização, conforme observar-se no Gráfico 15, corroborado por 93% dos entrevistados. Ainda por meio deste trabalho, constata-se que a Prestação de Contas da organização deve ser direcionada a diversos usuários, não se limitando aos membros, diferentemente do que acreditava 78% dos membros da igreja pesquisada, conforme o Gráfico 10, e o Administrador da organização. Pode-se ainda inferir, por meio deste, que 89% dos membros pesquisados, conforme o Gráfico 09 concorda com os autores pesquisados, acerca do alto grau de relevância do voluntariado para o cumprimento do objetivo da organização.

Durante a análise dos dados presenciou-se a possibilidade de melhorias em alguns pontos da administração desta igreja. Sugere-se a aplicação de um controle interno com a finalidade de evidenciar e mensurar as atividades desenvolvidas por meio do voluntariado (Apêndice 1) e a apresentação de forma mais clara dos valores obtidos por meio de benefícios fiscais, em ambos os casos, com o fim de cumprir o disposto pela legislação societária pertinente, otimizando a prestação de contas desta, além de que provê informações que auxiliam na tomada de decisão por parte dos administradores. Sugere-se ainda o evidenciar do objetivo da prestação de contas e de seu direcionamento aos membros, com o fim de buscar alcançar o potencial informativo que esta dispõe, simplificando informações não relevantes.

Deste modo, em termos de realização, seguem assim uma pequena participação dentro de um grande universo possível a se desenvolver, podendo-se abranger o número de igrejas pesquisadas, ou ainda, prover um estudo nas diversas opções temáticas e metodológicas que influem a contabilidade aplicada as Organizações do Terceiro Setor de forma geral, e as igrejas de forma específica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mário Aquino; KOGA, Natália Massaco. Brazilian Nonprofit Organizations and the New Legal Framework: an Institutional Perspective. **Revista de Administração Contemporânea,** p. 213-234, 2006. Edição Especial.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ARAÚJO, Osório C. **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2006.

ATAN, Ruhaya; ZAINON, Saunah; WAH, Yap Bee. Quality information by charity organizations and its relationship with donations. In: Conference on Business administration, 2012. Cambridge. **Proceedings...** 6º WSEAS Conferência Internacional em Administração de Negócios, Harvard, 2012.

BAREA, Isabela Cristina. **A importância da Contabilidade para o terceiro setor, especificamente às associações:** estudo bibliográfico. Jaguariúna: Faculdade de Jaguariúna, 2008.

BARRETO, Davi; GRAEFF, Fernando. **Auditoria:** Teoria e exercícios comentados. São Paulo: Editora Método, 2010.

BRASIL. Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=11/01/2002>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil e Constituição do Estado de São Paulo.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2015. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf >. Acesso em: 15 set. 2015.

CAMELO, Augusto César Oliveira. CAMELO, Érika Patrícia de S. Martins. PAULINO, Tatiana Cristina de Brito. **A importância do gerenciamento contábil para as organizações do Terceiro Setor**. Maringá: Enfoque: Reflexão Contábil, v. 25, n. 2, p. 41-54, 2006.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. *Accountability* e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma

Abordagem à Relevância da Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão,** Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 90-105, 2011.

CIRINO, Thiago Inácio. **Sistemas de Informação em Igrejas.** Maringá: UEM, 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2011. Disponível em:

<http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2006.pdf>. Acesso em: 4 set. 2015.

_____. CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. 2012. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/418_CPC_40_R1_rev%2004.pdf >. Acesso em: 4 set. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social.** Brasília: CFC, 2008.

_____. Resolução nº. 1.135, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.8 – Controle Interno. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf >. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012. Aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_926.doc>. Acesso em: 8 abr. 2015.

EBSEN, Kamille Simas. LAFFIN, Marcos. **Terceiro Setor e Contabilidade:** compilações de uma pesquisa. Florianópolis: Revista Contemporânea de Contabilidade, a. 1, v. 1, n. 1, p. 12-28, 2004.

ESCOBAR, Julio Jiménez; GUTIÉRREZ, Alfonso Carlos Morales. Tercer sector y univocidad conceptual: necesidad y elementos configuradores. **Revista Katálysis,** Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 84-95, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENES, Éder Rodrigo. Transparência na prestação de contas por organizações do Terceiro Setor. **Revista Urutaguá,** Maringá, n. 20, p. 130-140, 2010.

GUERRA, Paula; SANTOS, Mónica. Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto,** Porto, v. 28, p. 145-166, 2014.

HENDRIKSEN, Eldon S; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBERGER, Darci. **Controladoria:** na coordenação dos sistemas de gestão. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETO, Alexandre Assaf; ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. Gestão Baseada em Valor Aplicada ao Terceiro Setor. **BALAS Annual Conference,** Madrid, 2006.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ, José Hernandez, Jr.; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria Estratégica.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico/prática. 13. ed. Campinas: Papirus, 2004.

PINTO, João Batista Moreira Pinto; GUEDES, Marcela Ataíde; BARROS, Vanessa Andrade. O trabalho voluntário, solidariedade e política: um estudo com os agentes da Pastoral Carcerária de Belo Horizonte. In: PIMENTA, Solange Maria Pimenta; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia (Org.). **Terceiro Setor:** dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 117-134.

POLITELO, Leandro; ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira; SCARPIN, Jorge Eduardo. Nível de Evidenciação Contábil das Organizações do Terceiro Setor. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 13., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2013.

SANTOS, Cleston Alexandre dos. **Práticas de contabilidade das organizações sem fins lucrativos de Curitiba**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES-BAPTISTA, Rozália Del Gáudio. A Construção simbólica do Terceiro Setor. In: PIMENTA, Solange Maria Pimenta; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia (Org.). **Terceiro Setor:** dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 41-61.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza; VENEROSO, Roberta da Silva; PENA, Roberto Patrus Mundim. Nada de novo no front: caminhos e descaminhos e descaminhos do voluntariado e do capital social como formas de ativismo comunitário. In: PIMENTA, Solange Maria Pimenta; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia (Org.). **Terceiro Setor:** dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 185-205.

ZAINON, Saunah et al. Information disclosure by charity organizations. In: Conference on Business administration, 2012. Cambridge. **Proceedings...** 6º WSEAS Conferência Internacional em Administração de Negócios, Harvard, 2012.

Data recebimento do artigo: 01/05/2018
Data do aceite de publicação: 20/05/2018